



10196411



08129.007022/2019-84



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Divisão de Alienação Sudeste

Despacho nº 27/2019/DART/CACAt/CGG/DGA/SENAD/MJ

Destino: **Divisão de Licitações**

Assunto: **Políticas sobre Drogas: Gestão, Avaliação e Acompanhamento de Políticas Públicas sobre Drogas**

Interessado(a): **CGGA/SENAD**

1. Trata-se do Despacho nº 326/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (10194829), pelo qual a Divisão de Licitações solicita resposta a pedido de esclarecimento.
2. O pedido de esclarecimento nº 13 foi encaminhado por Joyce Santos, no dia 7 de novembro de 2019, às 17, aventando questionamentos de ordem técnica (10194826), *verbis*:
 - 1) Conforme informado quando for o caso de habilitação de apenas uma região, como deverá ser feita a manifestação da única região.
 - 2) Quanto a documentação entregue, para o interessado que penas optar por se credenciar apenas para imóveis, será desclassificar aquele que excluir as declarações aquilo que se refere a veículos/móveis ?
3. **Passo a análise das perguntas, a saber.**
4. Questão 1) O profissional deverá informar que deseja se credenciar apenas para a região de sua preferência.
5. Questão 2) O interessado deverá entregar toda documentação exigida no edital, manifestando se deseja trabalhar com móveis, imóveis, ou ambos, bem como a(s) respectiva(s) região(ões). A análise da documentação entregue será feita conforme edital e opção apresentada pelo interessado.

Atenciosamente,

RODRIGO SIMÕES LOPES PEIXOTO
Chefe da Divisão de Articulação

GIOVANNI MAGLIANO JÚNIOR
Diretor de Gestão de Ativos Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior**, Coordenador(a)-Geral de Gestão e Planejamento de Ativos Apreendidos, em 08/11/2019, às 09:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10196411** e o código CRC **A3DC19D3**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.